

ASFOC FIOCRUZ



Ciência
&
Tecnologia

**A SERVIÇO DA SOCIEDADE
COM SALÁRIOS DÍGNOS**

C&T e o seu Futuro

Para grande parte da população, o futuro está ligado ao desenvolvimento científico e tecnológico. Olhando para o futuro o cidadão sonha com equipamentos sofisticados, com novas técnicas e conhecimentos que tornarão a vida mais fácil.

Para nós que trabalhamos na área, no entanto, é quase inevitável o pensamento: Qual será o futuro da C&T no Brasil?

Se acreditarmos no discurso oficial do governo federal é um futuro brilhante, recursos virão, pois o desenvolvimento da área é considerado estratégico em um mundo moderno. Com este pensamento estratégico, nossa área foi incluída no Projeto de Lei Complementar 248/98, que define as carreiras consideradas exclusivas de Estado.

Ora, o futuro se faz no presente. No presente, quem faz ciência e tecnologia são pessoas, que merecem ser dignamente remuneradas por seu trabalho. Mas como são tratadas essas pessoas, nós aqui na Fiocruz e nossos companheiros de outras instituições federais da área de C&T?

Como outros servidores, estamos há sete anos sem aumento. Mas, como pertencemos a uma das carreiras consideradas estratégicas pelo governo, nos foi destinada uma gratificação por desempenho, a nossa GDACT.

Por meio do Fórum de C&T, negociamos longos meses o valor da GDACT, nossas propostas tiveram o aval do CPC, que é presidido por Edmundo Taveira, Secretário do MCT, e reúne os dirigentes das instituições e representantes da comunidade científica. Parecia que podíamos comemorar a vitória, quando, em meio aos feriados de fim de ano, o

acordo foi rompido pelo governo e o CPC, órgão máximo de regulamentação da carreira, na prática, foi desrespeitado.

O MCT mostrou-se um Ministério frágil e desprestigiado, muito distante do que deveria ser o órgão responsável por uma parcela importante do futuro de nós todos.

Mas estamos na luta pelo futuro e pelo presente, vamos às ruas para continuar colocando **ciência e tecnologia a serviço da sociedade**, mas queremos salários dignos.

Esta edição do Jornal da ASFOC é dedicada ao futuro. Ao futuro de nossa carreira, quando recordamos nossas manifestações recentes, para insistir que só a nossa mobilização pode garanti-lo.

Ao futuro da Fiocruz, quando apresentamos nossas propostas ao Plano Quadrienal elaborado pela Presidência.

Ao futuro das pessoas que fazem ciência e tecnologia pensando em soluções para o duro presente de nossa população, como o Dr. João Aprígio, nosso entrevistado neste número.

Com essa entrevista, começamos também uma nova fase do Jornal da ASFOC. Ela está na seção "Destaque", criada com o objetivo de valorizar colegas que, com seu trabalho, contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Outra novidade é a seção "Espaço Livre", onde estaremos publicando artigos de colaboradores sobre vários temas do interesse de nossa comunidade.

No futuro, você pode ser um deles. ■



Foto: André Telles

ESPAÇO UNIFOC

Ano novo sonhos antigos

Antônio Humberto da Costa

Ao longo dos últimos sete anos, sem reajuste salarial – a reposição salarial é de 75,48%;

- Bresser já não figura na pauta das nossas reivindicações como sendo a nossa causa prioritária;

- Os 28% continuam sendo pagos, parceladamente, somente para aqueles que fizeram acordo com as manobras do Governo;

- A GDACT, que não contempla os aposentados, foi suspensa em dezembro; e

- Finalmente o FGTS, que ora vem sendo anunciado para pagamento em 2003, para aqueles que tem a receber até R\$ 1.000,00, o que não contemplará nem 20% dos servidores ativos e aposentados da Fiocruz.

Apesar de todos os problemas acima enumerados, nós da UNIFOC, acreditamos que na união e nas nossas determinações é que encontraremos forças para lutar por nossos direitos.

Apoiar a Presidência da Fiocruz e a luta contínua da ASFOC para que sejam encontradas soluções dignas e decentes, deve ser nosso objetivo comum.

Participar dos debates e das Assembleias convocadas pela ASFOC é, acima de tudo, obrigação de todos.

“... o homem poderá ser destruído, jamais derrotado ...”

*Ernest Hemingway
O velho e o mar*

E x p e d i e n t e

DIRETORIA DA ASFOC - 2001/2002

Rita Mattos: *Diretora Geral*

Leila Mello: *Vice-Diretora*

Cristiane Maria de Freitas Moneró: *Diretora Secretária*

Vânia C. Dornelles Buchmuller: *Diretora Administrativa*

Júlio César C. Bandeira de Mello: *Diretor Sócio-Cultural*

Justa Helena Braga Franco: *Diretora de Assistência*

João Carlos B. R. Freitas: *Diretor de Esportes*

SUPLENTE

Ludmila Stalleikem Sebba, Luiz Maurício Baldacci, Janine Miranda Cardoso, Mário Santos Moreira, Marta de Jesus Silva, Afonso Cesar Woyames, Rogério Lannes Rocha

CONSELHO FISCAL

Anna Beatriz de Sá Almeida, Yrlene Veloso Cherques, Marco Antonio C. Menezes, Rugimar Marcovistz, Angela Maria Vieira da Silva, Marilene F. Costa

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Tels: (21) 290-7347 – 598-4231

Editor: Gustavo de Carvalho (Mtb 17627)

Repórter: Liana Carvalho

Programação Visual: Flávio Tavares

Divulgação: Alexandre Costa

Impressão: Gráfica Folha Dirigida

Balanço Patrimonial

encerrado em 31.12.2000

	VALORES EM R\$
ATIVO	1.996.359,10
CIRCULANTE	1.760.603,14
DISPONÍVEL	1.155.322,70
CAIXA	1.580,43
BANCOS C/MOVIMENTO	3.436,49
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.150.305,78
REALIZÁVEL	583.273,64
ADIANTAMENTOS	23.612,92
CONTAS A RECEBER	398.336,60
DEPOSITO JUDICIAL	16.101,08
ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	145.223,04
ESTOQUE	9.507,63
MATERIAL DE CONSUMO	4.961,82
MATERIAL PROMOCIONAL	4.545,81
DESP.EXERC.SEGUINTE	12.499,17
DESPESAS ANTECIPADAS	11.472,00
SEGUROS A VENCER	1.027,17
PERMANENTE	235.755,96
IMOBILIZADO	235.755,96
MOVEIS E UTENSÍLIOS	157.224,46
DEPREC.ACUM. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(74.580,38)
VEÍCULOS	30.308,78
DEPREC.ACUM. VEÍCULOS	(17.988,70)
MOVEIS UTENS. SUBSEDE.SALVADOR	4.560,45
DEPREC.ACUM. SUBSEDE.SALVADOR	(1.370,72)
MOVEIS UTENS. SUBSEDE B. HORIZONTE.	1.584,40
DEPREC.ACUM. SUBSEDE B. HORIZONTE.	(318,30)
MÓVEIS UTENS. SUBSEDE RECIFE	5.919,87
DEPREC.ACUM. SUBSEDE RECIFE	(999,43)
DIREITO AO USO LINHA TELEFÔNICA	13.590,29
PROGRAMAS E SISTEMAS	10.311,80

AMORTIZAÇÃO PROGRAMAS E SISTEMAS	(6.496,10)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	43.496,73
DEPRECIÇÃO DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	(25.181,58)
BENFEITORIAS	173.447,12
DEPRECIÇÃO ACUM.BENFEITORIAS	(77.752,73)
	VALORES EM R\$
PASSIVO	(1.996.359,10)
CIRCULANTE	(262.225,68)
CONTAS A PAGAR	(34.080,10)
CONTAS A PAGAR DIVERSAS	(27.040,10)
RECEITAS ANTECIPADAS	(7.040,00)
FOLHA DE PAGAMENTO	(95.559,93)
SALÁRIOS A PAGAR	(95.559,93)
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(3.636,90)
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	(3.636,90)
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	(71.488,96)
INSS A PAGAR	(53.611,13)
FGTS A PAGAR	(15.043,17)
PIS A PAGAR	(2.834,66)
CONTAS CORRENTE	(57.459,79)
SEGURO DE VIDA A PAGAR	(49.864,21)
FIOPREV. PLANO DE SAÚDE	(7.595,58)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.734.133,42)
FUNDO PATRIMONIAL PRÓPRIO	(1.734.133,42)

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Geral totalizando no Ativo e Passivo R\$ 1.996.359,10 (Um milhão e novecentos e noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

ALEXALEXANDRE MOLINARO
MARIA JUREMA ORGAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

PERÍODO DE 01/01/00 A 31/12/00.

RECEITAS	
DEPTO. ADMINISTRATIVO	585.469,40
DEPTO. DE ESPORTES	26.607,08
DEPTO. CRECHE	2.583.135,59
DEPTO. SÓCIO CULTURAL	22.364,64
DEPTO. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	2.142,00
TOTAL	3.219.718,71
DESPESAS	
DEPTO. ADMINISTRATIVO	982.889,58
DEPTO. DE ESPORTES	142.577,28

DEPTO. ODONTOLÓGICO	19.989,25
DEPTO. CRECHE	1.978.488,94
DEPTO. SÓCIO CULTURAL	104.061,58
DEPTO. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	109.926,41
TOTAL	3.337.933,04
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS	
RECEITAS FINANCEIRAS	173.068,15
DESPESAS FINANCEIRAS	22.944,75
TOTAL	150.123,40
RESULTADO DO PERÍODO	31.909,07

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Às 11.30 hs do dia 29 do mês de março, reuniu-se na sala de reuniões da Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz as senhoras Maria do Carmo de C.Miranda, Anna Beatriz de Sá Almeida e Justa Helena B.Franco, membros do Conselho Fiscal eleito para o biênio 1999/2000 desta Associação. O Conselho, fazendo uso de suas atribuições, examinaram o balanço da Asfoc referente ao exercício de 2000 e depois de realizadas algumas considerações decidiram aprová-lo sem restrições, recomendando sua publicação no Jornal da Asfoc.

Maria do Carmo de C.Miranda

Anna Beatriz de Sá Almeida

Justa Helena Braga Franco

Esportes

ASFOC não dá trégua as injustiças contra o servidor

O Departamento Jurídico da ASFOC acertou alvos importantes para a categoria, como a inclusão da licença - prêmio na contagem do tempo para aposentadoria. O pagamento dos 28,86% deverá ser homologado em junho, o que garante o recebimento em 2002. O imposto de renda também está na mira. Com um tiro certo o departamento jurídico acertou a Receita Federal e conseguiu uma liminar em primeira instância, ampliando a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$1300. O advogado Arão da Providência, comenta essas ações:

Licença-prêmio

Felizmente, apesar de atrasado, o Governo reconheceu, através da sua Secretaria de Recursos Humanos, que é direito do servidor utilizar em dobro a contagem do tempo de licença - prêmio na aposentadoria. Isso significa que os servidores que não gozaram licença - prêmio adquirida e estavam esperando essa licença para a aposentadoria, agora podem usar. Quer dizer que a partir de agora o Governo, depois de muitas ações na justiça, foi obrigado a reconhecer que é direito adquirido do servidor utilizar o tempo de licença prêmio para aposentadoria. Mais uma vantagem para os servidores. O Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão baixou uma normativa orientando os departamentos de recursos humanos das unidades que contem o tempo de licença prêmio não gozado em dobro para aposentadoria.

28,86%

A outra questão, dos 28,86%, já estamos na fase final. Temos que apresentar o quanto antes os cálculos que já foram feitos para quem não assinou o acordo. Estamos entregando à justiça os cálculos já com os valores de cada servidor, para que o governo pague de uma vez só. A idéia é tentar incluir no próximo orçamento. Vamos homologar os 28,86% até 30 de junho, para que sejam pagos em 2002.

Imposto de renda

Nós tivemos uma vitória. Saiu a sentença confirmando a liminar. A Receita Federal tem que atualizar a tabela do imposto de renda que está congelada desde 1994/95. Quem ganha até R\$900 está isento, mas na verdade, pela Ufir, deveriam estar isentos os que recebem até R\$1.300. Os gastos com saúde e educação também não foram atualizados. O custo de vida aumentou e a tabela ficou congelada. Você está pagando um imposto absurdo enquanto não teve aumento na sua renda. Tem uma sentença em primeira instância determinando à Receita Federal atualizar essa tabela para os servidores da Fiocruz. O Governo tem que cumprir imediatamente a decisão da sentença em primeira instância. Vamos lutar para incluir na folha e fazer com que se cumpra a sentença coletivamente. Já temos dois anos de retroativos. Todos os servidores da Fiocruz serão beneficiados.

Esportes

Caminhar é preciso

O grupo, que começou em março, já conta com 15 atletas e o campus está pequeno. No dia 5 de maio haverá a primeira caminhada ecológica da Fiocruz. O percurso planejado fica entre Itaipú a Itaquatiara, em Niterói. Qualidade de vida e esporte estão intimamente ligados e o departamento de esportes não pára. A sala de musculação está de cara nova. Os aparelhos têm novo revestimento em tons pastéis e a tv voltou a funcionar.

Modalidades	Dias	Horários
Basquete	2ª, 4ª e 6ª	11 às 12h
Volei	3ª e 5ª	11 às 12 e de 18:15 às 20h
Futsal	2ª, 4ª e 6ª	17h
Futebol de campo	3ª e Sáb	17 às 19h e das 8 às 14h
Ginástica	2ª a 6ª 3ª e 5ª	12 às 13h 17 às 18h
Musculação	2ª a 6ª 2ª, 4ª e 6ª	07 às 08h, 11 às 13h e 16 às 20h 08 às 09, e 13 às 14h
Laboratório do Corpo	2ª, 4ª e 6ª	09 às 17h

Mobilização pela GDACT



Fotos: André Telles

Chega de Palhaçada!

Um protesto bem humorado, realizado no dia 31 de janeiro, em frente ao IBGE, foi a primeira manifestação de repúdio organizada pelo Fórum de C&T, depois que o governo federal rompeu o acordo que possibilitaria a percepção de 80% do valor máximo da GDACT. Mesmo em janeiro, mês de férias para a maioria dos companheiros, mais de 200 servidores estiveram presentes no “Grande Circo de C&T” que reivindicou a retomada dos pontos originalmente acordados pelo Grupo de Discussão: o restabelecimento do acréscimo de vencimentos por titulação incorporado ao vencimento básico e a extensão da GDACT para aposentados e pensionistas.



10 de abril

Dia de Luta da Área de C & T

O terceiro ato público nacional deste ano acontece no Rio de Janeiro, em frente a CNEN, em Botafogo. Além de manifestarmos novamente nosso descontentamento com a política do Governo para nossa área, reivindicamos a imediata incorporação das emendas à MP 2136 e à minuta de Portaria Interministerial que regulamentam a GDACT. As emendas propostas pelo Fórum de C & T possibilitarão:

- Extensão da gratificação a aposentados e pensionistas;
- Aumento de seu valor máximo para 50% do vencimento básico;
- Aumento do valor da GDACT até sua regulamentação para 25% do vencimento;
- Titulação como acréscimo do vencimento básico sobre o qual incidirão também a GDACT, anuênios e etc.

CT pegando fogo

Caravana da Fiocruz fez a diferença.

No dia 14 de fevereiro, durante o ato de protesto em frente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, a representação da Fiocruz se destacou. De camiseta verde com o símbolo “Ciência a Tecnologia a serviço da sociedade com salários dignos” e bandeiras coloridas, os servidores da área de C&T deram um show de disposição e perseverança na luta pelos seus direitos. A manifestação foi marcada para o mesmo dia que haveria uma reunião do Conselho do Plano de Carreira (CPC), que acabou sendo adiada. As entidades sindicais já haviam se reunido, no início de janeiro, com o secretário do (MCT), Edmundo Taveira, que também é presidente do CPC, para discutir os rumos da GDACT. Os servidores criticaram a os encaminhamentos do MCT, que desconsiderou as deliberações do Conselho.

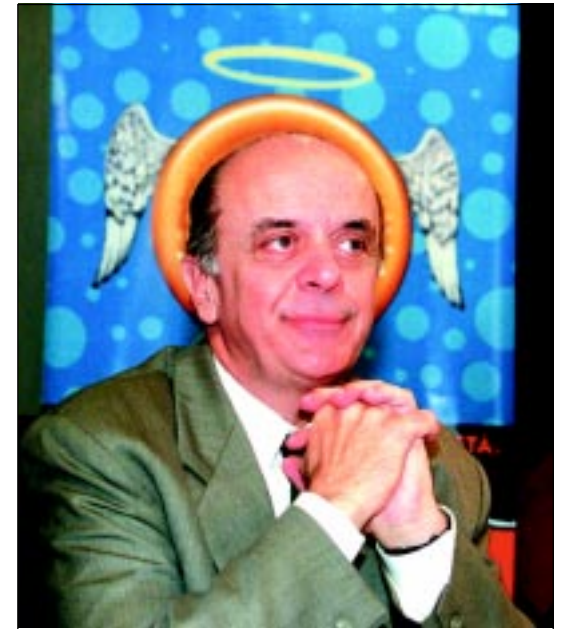
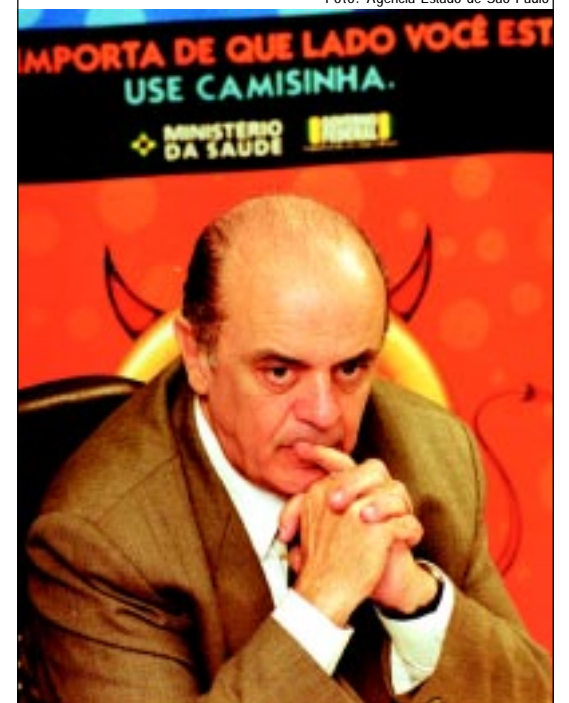


Foto: Agência O Globo

Importante é de que lado você está

A ASFOC tem insistido na necessidade da Presidência da Fiocruz aprofundar o relacionamento com o Ministério da Saúde para a solução das questões relativas a Recursos Humanos. O Presidente Paulo Buss já conseguiu do Ministro Serra o compromisso de corrigir as injustiças salariais a que estamos submetidos. O Ministro afirmou que está do lado da Fiocruz e que vai assumir o papel de interlocutor junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Foto: Agência Estado de São Paulo



Plano Quadrienal

A ASFOC realizou, de 13 a 21 de março, uma série de encontros para a discussão do Plano Quadrienal Gestão 2001-2004, apresentado pela Presidência da Fiocruz. Os encontros, no Auditório da ASFOC, contaram com a presença de um bom número de servidores e com a participação do Presidente e Vice-presidentes da Fiocruz, que a cada dia apresentavam um dos tópicos do documento. Paulo Buss apresentou os temas Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Produção; Paulo Gadelha falou das propostas de sua área, Desenvolvimento Institucional, Gestão e Infraestrutura, Informação e Comunicação; as questões relativas a Recursos Humanos ficaram ao encargo de Tânia Celeste e Ary Miranda apresentou as propostas para Serviços de Referência, Saúde e Ambiente.

Como resultado das discussões, a ASFOC formulou sugestões de emendas de inclusão e exclusão de tópicos aos capítulos do Plano, ficando de fora o capítulo sobre Ensino, que será discutido no dia 11 de abril. Estas sugestões foram encaminhadas à Presidência e serão discutidas na reunião do CD Fiocruz, nos dias 9 e 10 de abril, em Petrópolis/RJ, que será dedicada ao Plano Quadrienal.

Desenvolvimento Institucional

Entre as iniciativas de curto e médio prazo propostas pela Presidência neste capítulo, está a revisão do perfil de atividades e regimentos das Unidades da Fiocruz, particularmente Bio-Manguinhos, INCQS e Far-Manguinhos. Neste aspecto, a ASFOC propõe que os atuais mandatos dos dirigentes não sejam prorrogados para além deste ano e que as regras para a convocação de eleições nestas Unidades estejam em consonância com as deliberações do III Congresso Interno (“os diretores das unidades técnico-científicas e técnicas de apoio serão indicados pelo Presidente da Fiocruz, escolhidos de uma lista de até três nomes, indicada pela comunidade por meio do voto direto”).

Gestão e Infra-estrutura

A ASFOC acrescenta à série de medidas propostas pela Presidência a criação e o aprimoramento de mecanismos para o levantamento de necessidades, de aferição do grau de satisfação e de incorporação de opiniões e sugestões dos usuários internos e externos (ouvidoria, caixas de sugestão, comissões de usuários, etc.).

Em relação à redução de custos, as propostas reforçam o trabalho, já iniciado pela Presidência, de revisão de contratos e convênios, chamando atenção para a necessidade de se estabelecer e fazer cumprir cláusulas de responsabilização pela não observação dos compromissos contratuais.

Quanto à realização de licitações e contratos, a proposta é a extinção da prática dos aditamentos “automáticos”, que encarecem os contratos e tornam desigual a participação das empresas nas licitações.

Recursos Humanos

Nas discussões no auditório da ASFOC, este foi o ponto que gerou o maior número de contribuições ao documento da Presidência. Sobre a proposta de criação de uma Câmara Técnica de Recursos Humanos, foi ressaltado que ela deve ser composta por representantes de cada Unidade, envolvidos com as questões em pauta e com o compromisso de trazer opiniões coletivas, assim como o de retornar para as unidades as discussões deste fórum. Na opinião da ASFOC, a Câmara, com seus representantes institucionais indicados pelas unidades, não deverá substituir a mesa de negociações diretas entre os dirigentes e os servidores, representados pela ASFOC.

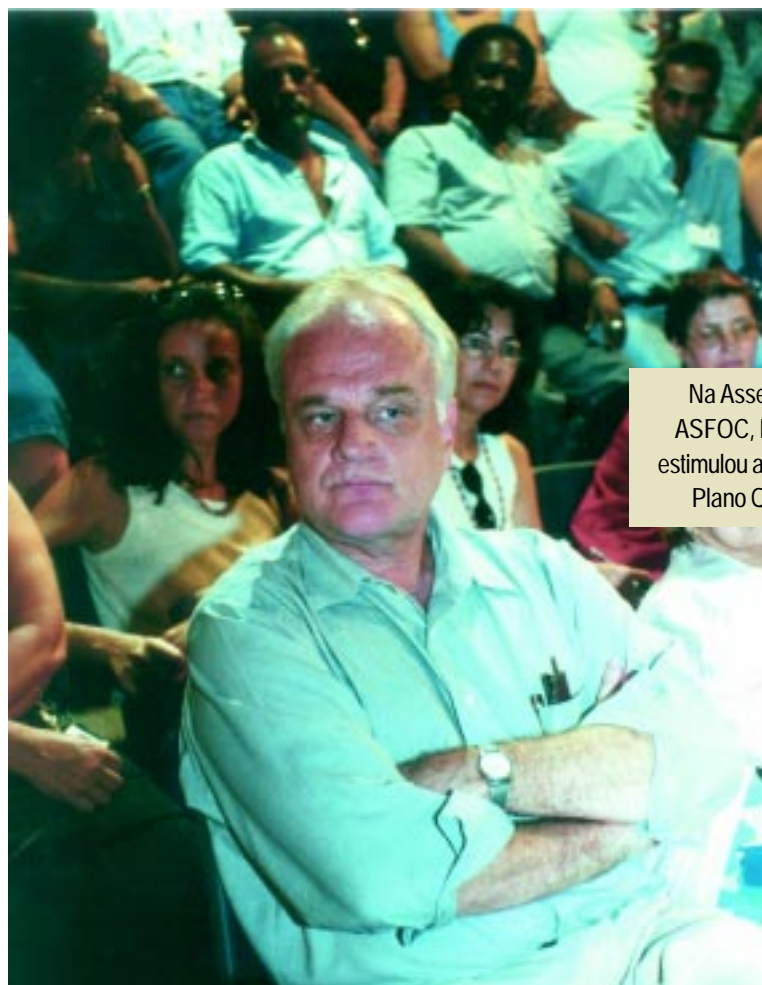


Foto: André Telles

Na Assembléia da ASFOC, Paulo Buss, estimulou a discussão do Plano Quadrienal

Também foi colocada a importância de se manter e valorizar a Comissão Interna da Carreira de C&T, além da definição das competências de cada instância de formulação de políticas setoriais (câmara técnica, comitê de avaliação de desempenho, comissão interna de C&T) evitando superposições de atribuições e descompasso nas deliberações. Outro objetivo é o fortalecimento dos setores de RH das Unidades, evitando que as demandas locais sejam carreadas para os níveis centrais de administração. As instâncias locais podem contribuir também para o necessário controle da instituição sobre contratos de serviços, terceirizações, programas de bolsas de aperfeiçoamento e trabalho de cooperativados.

Foi reforçada a necessidade de uma política de capacitação de RH, que estimule a participação dos trabalhadores de todos os níveis profissionais e hierárquicos nos programas de treinamento, capacitação profissional e educação continuada, congressos e eventos setoriais, com regras definidas de forma participativa.

Em relação à criação de um plano de carreira próprio para a Fiocruz, deve ser promovido um processo de discussão de propostas que contemplem a solução das distorções existentes e a superação das injustiças em relação a outras carreiras federais, evitando o agravamento da individualização de salários e flexibilização que aumente as disparidades de ganhos remuneratórios, tanto para servidores, quanto para trabalhadores com outros vínculos.

Também foi proposta a realização de um levantamento completo das formas de contratação de força de trabalho existentes na Fiocruz e do número de trabalhadores por vínculo em cada Unidade. O objetivo é promover a compatibilização e a superação das situações de vínculos precários, visando a incorporação gradativa dessa força de trabalho, com prioridade de acesso ao emprego público.

Além disso, propõe-se que seja feito um levantamento, a curto prazo, das vagas prioritárias a serem preenchidas por concurso público, visando a substituição gradativa da força de trabalho com outros vínculos e das vagas referentes a aposentadorias e demissões. Também foi visto que deve-se propiciar treinamento supervisionado para toda a força de trabalho que ingressa na Fiocruz, com vistas a reforçar a cultura pública, estatal e estratégica da instituição. Outra proposta é a instituição de um fórum para discutir a implantação imediata dos processos de avaliação de desempenho dos servidores, que contemplem também os trabalhadores com outros vínculos.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Esta é uma área considerada da maior importância pela atual gestão da Fiocruz. Na discussão organizada pela ASFOC, reforçou-se não apenas o estímulo às relações entre as áreas de pesquisa e ensino, já previsto no Plano Quadrienal, mas também a implantação de projetos integrados. Neste sentido, ressaltou-se a importância do estabelecimento de prioridades, mecanismos de transparência e precisão de objetivos nos editais de projetos integrados e programas de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Ampliou-se também a intenção da Presidência de estimular o intercâmbio técnico-científico, a realização e participação em eventos técnico-científicos e outros mecanismos de formação e capacitação, com a proposta de criação de instrumentos de financiamento e facilitação dos processos de afastamento do país para a participação em eventos internacionais. Sobre a idéia de implementação da Câmara Técnica de Pesquisa & Desenvolvimento Tecnológico, foi proposto que a forma de representação nesta nova instância priorize a qualificação e o engajamento institucional à simples representação por Unidades.

Serviços de Referência

O Plano Quadrienal prevê, também nesta área, a criação de uma Câmara Técnica, que a ASFOC propõe que seja composta por representantes das Unidades e profissionais envolvidos com os serviços de referência, numa estrutura flexível e de funcionamento propositivo e não burocrático. Outra proposição é que se estimule a criação e funcionamento de conselhos de usuários por unidades, articulados aos conselhos de saúde distritais e municipal, com acesso a meios de produção e recepção de informações.

A preocupação em otimizar o papel da Fiocruz como órgão auxiliar na formulação e aplicação das políticas do MS, trouxe propostas como a criação de uma central de recebimento de amostras, para facilitar e racionalizar a distribuição de exames e agilizar a resposta às instituições demandantes. Nesta mesma direção, sugeriu-se a utilização das instalações e equipamentos destinados à pesquisa, para os serviços de referência em diagnósticos, nos horários ociosos, assim como a implementação de uma rede interna que integre e potencialize os recursos humanos e materiais para a emissão de diagnósticos clínicos.

Outras propostas foram a constituição de uma reserva técnica para situações imprevistas nos serviços de referência (como a epidemia da Dengue), além da utilização da massa crítica destinada à pesquisa, para a formação de recursos humanos do SUS, como serviço de referência, nas áreas de competência da Fiocruz.

Informação, Informática e Comunicação

Para a afirmação destas áreas na Fiocruz, avaliou-se que é condição essencial o fortalecimento do papel estratégico e articulador da Câmara Técnica já existente, como instância propositiva de políticas e ações institucionais para a área. Verificou-se que existe uma diversidade de âmbitos de atuação e iniciativas na Fiocruz, que traduzem a vitalidade institucional na área e resultam das características do campo.

Por outro lado, nota-se a ausência de políticas e programas integradores, apoiados nas reflexões e recomendações internas e em conformidade com as diretrizes da política nacional de saúde e que utilizem linguagens e tecnologias adequadas. Isso traz como uma das consequências um trabalho muito espontâneo e frágil na sua interlocução social, por falta de mecanismos de ausculta e avaliação das reais demandas e expectativas sociais.

Entre as medidas propostas está a transformação do Curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde (Cict/Ensp) em curso de especialização e a continuidade dos cursos de especialização em Informação e Saúde – nível médio (EPSJV) e de Informação e Informática em Saúde (Ensp), de forma a responder às necessidades de constante atualização do diversificado quadro de profissionais da área.

Propõe-se também o reforço de parcerias de cooperação técnica com instituições científicas nacionais e internacionais nas áreas de informação/comunicação e saúde. Outra preocupação é com a avaliação dos objetivos e da relação custo/benefício, além do conteúdo e formato dos boletins internos, elaborados por Unidades como veículos de divulgação interna das atividades institucionais. ■

espaço livre

A construção da cidadania institucional

A reconstrução das instituições públicas passa, necessariamente, pela construção da cidadania institucional. Esta cidadania compreende o papel institucional para a sociedade e, internamente, a desejada e necessária gestão democrática e transparente, que fomente e construa em seus funcionários o desejo de serem sujeitos portadores e reprodutores dos valores de cidadania na realização das suas atividades.

Fatima Pivetta
Tecnologista Senior – ENSP

Embara mudanças venham acontecendo na maioria das instituições, não estão sendo estruturadas pelo aprofundamento do debate do papel social, das responsabilidades e de suas práticas. Mudanças estruturais profundas requerem maior coragem dos gestores para enfrentar os movimentos, nem sempre tranquilos, que os processos de transformação provocam. O salto qualitativo passa pela mudança cultural do fazer institucional. Passa por desfazer ânimos individuais acumulados na convivência institucional cotidiana. Passa por desmontar campos minados, em muitos casos pelos interesses fisiológicos, clientelistas, corporativistas de grupos internos e/ou das pressões político-partidárias externas, descompromissadas com a sociedade. Passa por integrar novos pensadores das questões sociais às discussões, para sair do ciclo vicioso do pensar a si mesma. Há que se submeter a um choque ético e estético. Integrar o discurso libertário às práticas cotidianas do fazer institucional, associar o pensar com o agir mais direcionado ao tempo social de resposta que ao tempo institucional de resposta.

A FIOCRUZ está entre as instituições que, desde a abertura democrática vem aperfeiçoando os mecanismos de construção de seu projeto institucional, dentro dos preceitos democráticos, para cumprir a sua missão social.

A cada eleição para a escolha de gestores, as esperanças e expectativas sobre algumas questões importantes para o necessário salto qualitativo se reacendem, mesmo nesses tempos difíceis de sobrevivência individual e institucional.

São inúmeras as questões que merecem aprofundamento, e individualmente, cada um de nós tem suas prioridades para um amplo debate, aberto, transparente, participativo e, principalmente desprovido do medo da “verdade”. “Verdade” que cada um traz em sua versão da vida institucional. “Verdades” saudáveis, pois compõem a diversidade de olhares, tão ne-

cessária à democracia, ao entendimento e à construção da nossa instituição.

Dentre as questões prioritárias, que eu visualizo como desafiadoras para o salto qualitativo na cultura institucional, estão:

Gestão Institucional

Deve se dar ao Plano de Objetivos e Metas (POM), sua verdadeira dimensão, fundamental e necessário mecanismo de gestão institucional, e não um acerto contábil como se tornou ao longo desses anos. Para isso ou associado a isso, e para que haja coerência com nossos próprios princípios, duas questões devem ser tomadas como prioritárias –1) instalação do Conselho Consultivo e; 2) aprofundamento mais amplo das discussões da FIOTEC;

Política de Recursos Humanos - PRH

não é verdade que o RJU imobiliza a instituição. Podemos e devemos ter planos de capacitação, requalificação, avaliação, premiação e responsabilização de todos os quadros funcionais, aplicável à complexidade e à especificidade da FIOCRUZ. Discussão de uma PRH abrangente, transparente e democrática com mecanismos participativos. Uma PRH, que recupere a solidariedade, que garanta a equidade de oportunidades profissionais. O processo de gestão deve ser valorizado, até mais que a própria eleição, como questão democrática. O voto universal não deve ser nosso emblema de democracia institucional. PRH democrática tem que incorporar as regras para regulamentação da FIOTEC. Sem abrir essa discussão, não avançaremos na construção de um projeto institucional democrático;

Política de Infra-Estrutura

a eficiência e a racionalização dos recursos financeiros requerem capacidade para estabelecer programas de curto, médio e longo prazo, associados às previsões de expansão das atividades da FIOCRUZ. Para tal, considero

importante: 1) a implementação de mecanismos dinâmicos de gestão da infra-estrutura, que integre as “áreas meio” e as “áreas fins”; 2) identificação das atividades que devem ser descentralizadas e/ou setorizadas e as que devem ser assumidas pelo nível central da gestão;

Mecanismos Novos de Integração Institucional

a dinamização e desburocratização dos mecanismos de gestão e de comunicação institucionais devem ser uma tarefa importante para a gestão da FIOCRUZ. Entretanto, há que se pensar em novos modos para essa integração. Precisamos superar esse cada um *per si* e, ao mesmo tempo, abrir possibilidades para a manifestação individual. Pode-se criar uma ouvidoria, virtual ou não, um banco de idéias, virtual ou não. É importante que esses mecanismos sejam pensados para favorecer a manifestação espontânea e aberta de cada um. É preciso ser um mecanismo que garanta a individualidade – que estabeleça novos patamares de confiabilidade entre os pares e estes com as instâncias gestoras. Havemos de restaurar a confiança nas relações institucionais.

Também, mas não menos importante, são os mecanismos que propiciem a integração da solidariedade, da alegria e festejos às rotinas institucionais, como elementos essenciais ao bem viver.

Para tanto, havemos de nos debruçar sobre o significado de eventos como “a festa das/dos bolinhas verdes”. Não contribui para a construção da cidadania institucional, ao contrário, consolida o *apartheid* que nos ronda. É contraditório com o discurso da integração institucional. Algumas questões ficam sem respostas. Havia na posse da nova Presidência da FIOCRUZ, funcionários/as e convidados/as TIPO A? E os outros/outras, os sem bolinhas verdes, seriam do TIPO B? A integração institucional é isso? Edificar a porta do “Anjo Exterminador” ! RSVP.

É acreditando na possibilidade de superação, que continuarei apostando na FIOCRUZ e na difícil construção da cidadania institucional ●

“Não acredito na dupla militância entre o público e o privado”

Em maio deste ano, durante a 54ª Assembléia Mundial de Saúde, em Genebra, o pesquisador do IFF, Dr. João Aprígio Guerra de Almeida, estará recebendo o Prêmio Sasakawa, concedido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). É a primeira vez que um brasileiro recebe o prêmio, que prioriza trabalhos inovadores, com o objetivo de ajudar à população a atingir as metas de saúde estabelecidas pela OMS. Formado em engenharia de alimentos e química, com mestrado em microbiologia e doutorado em saúde pública, o Dr. João Aprígio é responsável pela implantação da Rede de Bancos de Leite Humano no Brasil. Um mérito que ele faz questão de dividir com sua equipe, cujas pesquisas sobre aspectos biológicos e culturais do aleitamento materno já resultaram em diversas teses de mestrado e doutorado.

Com esta entrevista, o *Jornal da ASFOC* inicia a seção Destaque, com o objetivo de valorizar colegas que, com seu trabalho, contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Qual a sua motivação ao desenvolver suas pesquisas sobre aleitamento materno e, de um modo geral, como pesquisador na área de saúde?

Apesar de vir de outra instituição também reconhecida internacionalmente, a Universidade Federal de Viçosa, aqui eu tive a oportunidade de passar por um processo de aprendizagem do que é fazer saúde pública nesse país. Na Fiocruz podemos desenvolver alternativas para a população, não estamos deslocados de uma realidade social. Não ficamos herméticos dentro de um laboratório, não ficamos presos só na esfera de gerar o saber. Ao mesmo tempo que você gera um novo saber, você aplica e estuda a sua aplicabilidade, terminamos por ser co-responsáveis na implantação desse sistema em todo território nacional.

Como é o trabalho da Rede de Bancos de Leite Humano?

A Rede é o resultado de um trabalho de uma década e meia. O Brasil é um dos poucos países do mundo a ter sido capaz de frear a agressividade do marketing da indústria de alimentos infantis, particularmente para crianças até o sexto mês de vida. Na última década, revertemos a tendência nefasta de desmame precoce, melhorando assim os índices de mortalidade infantil. Isso resultou de uma ação política integrada, graças ao investimento que o governo fez e aos técnicos que trabalharam na formulação das políticas públicas na área de aleitamento.

Nesse cenário se inserem os Bancos de Leite Humano, que são um importante elemento estratégico da política nacional de promoção, proteção e apoio à amamentação. Eles se transformaram nisso por todo o trabalho que a Fiocruz pôde realizar. Os Bancos de Leite eram poucos, cerca de dez no país, e sua estrutura operacional não era bem equacionada tecnicamente. Com a proposta que se implantou aqui no IFF, de transformar os Bancos de Leite em Centros de Apoio à mulher que amamenta, além de coletar, processar e distribuir leite para crianças que precisam, passamos a ter um locus social bem definido que vira uma Casa de Amamentação.

Precisávamos trabalhar tecnicamente, mas também precisávamos preparar os nossos profissionais para trabalhar a cultura da amamentação, pois esse seria o caminho mais efetivo para contestar o marketing agressivo da indústria. Hoje, no bno de leite se busca ampliar a compreensão sobre o leite humano, buscando técnicas seguras e um processo de construção.

Quais são os principais indicadores do sucesso deste trabalho que está sendo premiado pela OMS?

Hoje são 154 Bancos, entre implantados e em implantação. Em cidades como Brasília, onde foram coletados 17 mil litros de leite humano, os hospitais da rede pública não abrem uma lata de leite em pó e as mães saem dos hospitais amamentando. Isso é uma prova de sucesso.

No Rio, temos um dos mais belos exemplos de articulação, que é o projeto “Bombeiro Amigo”, uma iniciativa conjunta com a Secretaria de Defesa Civil, que além de ampliar a coleta de leite humano, vai em casa ajudar às mães que estão com dificuldades. Esse projeto trouxe para o IFF o primeiro “SOS Amamentação”, com ligação gratuita, no 0800268877, qualquer pessoa do Brasil liga di-

zendo que quer doar leite, acessamos o sistema que foi desenvolvido pelo DCC, o Departamento de Computação Científica da Fiocruz e indicamos o local mais próximo da residência. Convido a todos que procurem esses serviços e vejam o nível atendimento que se recebe. Isso é uma prova de que o serviço público, não só pode, mas quando quer funciona muito melhor do que o privado.

Outro indicador, fizemos o primeiro Congresso Internacional de Bancos de Leite Humano que se tem notícia no mundo, com o objetivo de parear as experiências. O Congresso foi realizado em Natal e a área da criança do Ministério da Saúde, que é um elemento de sustentação e merece louvor, patrocinou o evento e ajudou tecnicamente na sua organização. Tivemos mais de 1,5 mil participantes, destacando-se coordenadores de Bancos de Leite da França, Inglaterra, América do Norte (que envolve México, Canadá e Estados Unidos) e do Caribe. A conclusão unânime foi de que nossa proposta está muito a frente.

Qual a importância do prêmio para o desenvolvimento da C&T na área da saúde e para a Fiocruz em particular?

É uma das provas de que a Fiocruz é uma verdadeira Universidade da Saúde e de seu papel social no cenário da saúde pública. Temos uma Rede capilarizada, os problemas do Brasil chegam até a Fiocruz, que os processa e dá uma solução. Este é o papel de uma unidade de referência do Ministério da Saúde.

A importância do prêmio na questão da C&T é revelar que tecnologia não é só high tech. É importante pensarmos em tecnologia alternativa, em tecnologia moderada. Temos um baita desafio, que é poder trabalhar compatibilizando rigor técnico e custo operacional. Nem sempre o que é publicado em revistas científicas estrangeiras é a melhor alternativa para nós, pois temos realidades sociais diferentes. Quando começamos nosso trabalho, os manuais, principalmente ingleses e norte-americanos, recomendavam a utilização de um tipo de embalagem que representava 60% do custo de implantação de uma unidade de serviço. Estudamos outras embalagens e chegamos à conclusão que vidros recicláveis não têm diferenças estatisticamente significativas em relação ao que eles recomendam é só esterilizar e dar a mesma segurança sanitária do que o vidro que seria comprado lá a peso de ouro. Precisamos adequar rigor técnico e custo para compatibilizar com a realidade nacional.

O prêmio pode ajudar na aprovação das recomendações do Brasil à OMS sobre nutrição infantil, particularmente o aleitamento até os seis meses? Por que esta recomendação encontra resistência?

Pode ajudar sim, pois o Brasil está sendo premiado pela primeira vez pela OMS e com um tema dessa natureza. Na realidade, não é só uma proposta política, é uma questão científica muito bem embasada, mas a aceitação é difícil. O Brasil já teve uma economia direta com a Rede Nacional de Bancos de Leite Humano da ordem de US\$ 540 milhões. Veja o tamanho desse mercado. Na cidade do Rio de Janeiro, segundo as estatísticas de 1998, nasceram 11 mil crianças que demandaram cuidados de terapia intensiva. Só para atendê-las no período de internação, precisamos de quase 100 mil litros de leite. Naquela época, o Rio coletava 8 mil litros de leite humano. É uma oportuni-



Foto: André Telles

dade de mercado e o lobby da indústria é muito pesado. Mais do que isso é um marketing muito bem construído em cima da vanguarda científica. Escudada no cientificismo exacerbado de suas propagandas, ela constrói no papel o que eu chamo de “biologia da necessidade”, construída burocraticamente para vender seus produtos, que teoricamente atendem a uma necessidade. Mas existem registros históricos que mostram o equívoco disso. Uma das maiores autoridades que o mundo já teve em nutrição, o Dr. Jelliffe, classificou essa relação da indústria como “desmame comerciogênico”. A pressão econômica é muito grande. Falando de forma mais pé no chão, o soro caseiro, por exemplo, não encontrou resistência, porque não existe uma grande indústria fabricando o soro para botar no mercado.

Como se sente como servidor público e pesquisador, seu trabalho recebe o apoio necessário? Quais os principais problemas para a C&T no Brasil e que sugestões teria para resolvê-los?

A gente nunca tem o que quer, mas se eu olhar para o lado, vou ver que com o pouco que tive, conseguimos fazer muito. Temos muitas dificuldades, que não são só nossas, são conjunturais. Mas se eu disser que tenho pouco apoio, estarei mentindo. Fizemos um Congresso com todo o rigor técnico, do jeito que queríamos, sem a menor dificuldade de conseguir apoio. Estamos com um projeto sendo aprovado no Ministério da Saúde para a ampliação da Rede. Isso não é a realidade do cenário nacional, mas, talvez por causa da fórmula da nossa interlocução, estamos tendo tudo que precisamos para tocar este processo. A área da criança do Ministério da Saúde tem investido maciçamente para garantir esse desenvolvimento tecnológico, sua ampliação e extensão, desde 1998 temos tido apoio como nunca tivemos.

Tem um ponto de nó muito sério em relação aos recursos humanos, não podemos contratar. Profissionais que se formam e qualificam aqui vão para outros lugares, porque estamos engessados no que diz respeito à contratação. Para nós, a falta de pessoal é o problema número um, número dois e número três. Pode parecer paradoxal, mas não deixamos de trabalhar por falta de dinheiro e sim por não termos mão de obra qualificada. A sugestão para resolver isso é flexibilizar a política de recursos humanos, no sentido de construir caminhos que permitam incorporar novos valores, profissionais jovens e qualificados que queiram se dedicar à coisa pública. Me perdoem os que acreditam na dupla militância entre o público e o privado, eu não acredito. Nós só chegamos até onde chegamos porque vivemos o público o tempo inteiro. Temos muitas dificuldades, mas nós vivemos em um mundo de muitas dificuldades. Tenho muito orgulho de estar no IFF e na Fiocruz, que é uma casa de oportunidades, nunca vivi uma situação em que as portas tenham se fechado e que não tenha feito algo porque não tive apoio da Fiocruz. ■